



Escola Moderna

N.º 6 • 6.ª série • 2018



Índice

7	
Editorial	<i>Sérgio Niza</i>
11	
Conselho de Cooperação Educativa Tempo vital para o funcionamento de uma comunidade de aprendizagem	<i>Maria Teresa Sousa</i>
23	
Como desenvolver projetos de intervenção Ser criança é agir na comunidade	<i>Marta Reis</i>
31	
A construção social da aprendizagem da Matemática	<i>Helena Gil Guerreiro</i>
43	
Trabalhar por projetos cooperativos no Ensino por Disciplinas partilha de uma “geografia cultural”	<i>Marina Lopes</i>
56	
A apropriação do currículo a partir e através de projetos de trabalho	<i>Ângela Rodrigues</i>
77	
Eu examino, tu examinas, nós examinamos: subindo o rio, contrariando a maré	<i>Fernanda Lamy</i>
89	
O trabalho de aprendizagem com alunos de PLNM	<i>Marina Canuto</i>
108	
Aprendizagem e comunicação de produções culturais	<i>Ivone Niza</i>



	117	
Trabalhar com a diferença		<i>Dora Agostinho, Marta Comparada, Tânia Correia, Olga Silva, Helena Menor e Pascal Paulus</i>
	132	
Oficinas de escrita na escola		<i>Inácia Santana</i>
	143	
A formação de professores		<i>Sérgio Niza</i>



Editorial

Aprender a participar na construção da vida democrática

Sérgio Niza*

A um ano escolar do fim da legislatura e, uma vez disponíveis o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória e as aprendizagens curriculares essenciais (currículo básico), eis que regressam o estímulo para a flexibilização curricular nas escolas e a Educação para Cidadania com currículo próprio designado de *Cidadania e Desenvolvimento*.

A equipa que concebeu o documento matricial da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, que inspira o currículo, reconhece que “o percurso zigzagueante do estatuto da educação para a cidadania no currículo escolar durante as últimas décadas [desde o regresso da democracia formal em 1974], não tem permitido a apropriação da visão e das boas práticas na cultura escolar (...)”.

Dá que pensar o verdadeiro significado desse percurso zigzagueante, mais promessa do que afirmação prática, mais retórica do que existência efetiva nas escolas.

A falta de uma história cultural das nossas práticas de educação democrática empurra-nos constantemente para o adiamento da introdução de um currículo de atividade participada cooperativamente por alunos e professores. Caímos, assim, no retorno constante ao ponto zero da socialização democrática.

Impõem-se que deixemos que os nossos alunos se iniciem na participação e no direito

a terem voz para que, em diálogo exaltante, experimentem o caminho que aponta para a construção conjunta da arte de vivermos juntos.

Aprender a participar no âmbito da educação escolar implica, antes de mais, que essa participação se possa instituir na escola, mesmo que por iniciativa de algum ou de alguns docentes apenas, aproveitando o direito de liberdade pedagógica que a lei nos concede. Implica ainda que para além do treino para a participação social como cidadão ativo a própria participação, numa comunidade de prática, possa promover aprendizagens.

Tais aprendizagens decorrerão, então, das transformações que se vão operando na própria participação, em atividades conjuntas.

É a esta participação tornada aprendizagem que Barbara Rogoff (1990) se refere quando alude à sua teoria da participação orientada, que aqui adotamos como referencial:

“Para ampliar a nossa visão acerca da natureza cooperativa da aprendizagem [...] propus o conceito de participação guiada em atividades culturais.

A participação guiada proporciona uma perspetiva para nos ajudar a tratar das várias formas pelas quais as crianças aprendem, à medida que participam e que são orientadas pelos valores e pelas práticas das suas comunidades culturais.”

* texto reescrito a partir do artigo “A construção da vida democrática” publicado no JL de 25/04/2018.

A participação em comunidades de aprendizagem

O que se pretende no Movimento da Escola Moderna (MEM) ao optarmos por organizar o trabalho de aprendizagem curricular em *comunidades de aprendizagem* assentes em estruturas de trabalho cooperativo (colaborativo) é envolver os alunos em responsabilidades compartilhadas com os professores em autênticas atividades de criação e de apropriação conjunta de conhecimentos curriculares e da cultura científica ou artística que sustenta esses currículos, bem como dos respetivos instrumentos materiais e intelectuais que constituem as ferramentas de construção da cultura do conhecimento que a escola se propõe propiciar.

Tais estruturas de organização do trabalho de aprendizagem parecem constituir um fator que incentiva a motivação, ou seja, a construção da identidade cultural no seio da vida escolar e nas respetivas turmas, enquanto fratrias em trabalho cultural.

Com efeito, as comunidades de prática caracterizam-se, segundo Wenger (1998) “por terem um **projeto de ação conjunta**, um **compromisso mútuo** que une os membros numa mesma entidade social e um **repertório partilhado** de recursos comuns (tais como rotinas, artefactos, vocabulário, sensibilidades) que os membros desenvolveram ao longo do tempo, produzindo assim novas capacidades e conhecimentos. A prática socialmente produzida, através de uma negociação permanente do significado, implica **participação** (relações de mutualidade) e **reificação** (produção e utilização de instrumentos)”.

Importa sublinhar, então, que as comunidades de aprendizagem enquanto comunidades de prática constituem-se como uma rede de funções interconectadas e agindo como um sistema composto, designadamente, pela significação, a prática, o compromisso comunitário e a identidade.

Aprender implica, neste contexto teórico, vivenciar situações partilhando significados; fazer coisas (produzir objetos culturais e

obras); pertencer e partilhar do sentimento de pertença e, finalmente, “fazer-se”, isto é, construir com os outros a sua própria identidade – identidade que, diferenciando, une, pela valorização do viver juntos, que é o motor de renovadas aprendizagens que fazem avançar o desenvolvimento humano.

O trabalho de aprendizagem com os alunos, no Movimento da Escola Moderna portuguesa, realiza-se pela participação numa atividade cultural conjunta, onde a democracia se vive e aperfeiçoa em diálogo contínuo, no âmago da própria atividade curricular. Não separamos, assim, a aprendizagem do currículo escolar, da aprendizagem da socialização que habitualmente constitui um currículo oculto. Assumimos, pelo contrário, todo o trabalho curricular como processo explícito de socialização democrática. Em suma, o currículo dos processos de socialização é inseparável dos processos intelectuais de trabalho de aprendizagem do currículo académico. É por isso que se corre o risco de se vir a reduzir a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania ao currículo escolar de Cidadania e Desenvolvimento com as suas três modalidades de conteúdo, desapropriadas da potência mobilizadora de uma vivência democrática em interação quotidiana. Interação orientada que conduza a uma participação e partilha fundadoras da apropriação da cultura no seio de uma organização democrática do trabalho que façam avançar a cultura e a democracia nas nossas vidas, como uma cidadania democrática ativa em construção.

Mais do que uma educação para a cidadania democrática, aprendida pela frequência de uma disciplina específica, sobrecarregada de temas, quase sempre adiados na educação escolar dos portugueses, é na vivência compartilhada da gestão de um currículo obrigatório (através da organização do trabalho de aprendizagem para produção de *obras* culturalmente valorizadas e da negociação dos conflitos e das representações que a vida em comum desencadeia) que construímos a iniciação ao viver democrático a partir de uma

democracia interativa (Rosanvalon) que em conjunto instituímos com os alunos, nos nossos grupos/turmas.

Tal desafio impõe-nos a apresentação do currículo oficial transferido para um mapa capaz de acolher os registos de verificação dos percursos de domínio das aprendizagens de cada aluno, enquanto instrumento de monitorização das aprendizagens.

A desocultação do currículo permite, por um lado, revelar a contratualização em que deve fundar-se o trabalho cooperado de aprendizagem de um currículo imposto pelo Estado. A negociação continuada que suporta a gestão comparticipada do currículo, por outro lado, põe em relevo o primeiro ato fundador dessa democracia em construção, entre os atores que progressivamente se vão tornando autores através das suas produções intelectuais para apropriação do currículo cultural e social.

É no seio de um Conselho de Cooperação Educativa, entendido como um analisador institucional (Pedagogia Institucional) e instância de regulação das aprendizagens curriculares e da socialização democrática que se planeia e avalia a atividade cooperativa que serve de suporte à participação plena nas comunidades de prática que são os grupos/turma.

A partir deste módulo temporal, que é o Conselho, outros quatro módulos estruturam a participação cooperativa dos alunos: o tra-

balho de aprendizagens por projetos de pesquisa e de intervenção social; o estabelecimento de circuitos de comunicação para difusão e partilha dos produtos culturais; o trabalho curricular coletivo em interação dialógica e o trabalho de estudo autónomo na aula com o apoio simultâneo do professor aos alunos que dele precisam para avançar.

É com este sistema pedagógico que os(as) docentes do MEM procuram garantir que toda a organização cooperada do trabalho, com os seus alunos, assuma a reflexão ética e dialogada de uma *formação democrática* por todos partilhada.

E assim prosseguiremos com serenidade e urgência. Enquanto nos últimos anos, um pouco por toda a Europa, a educação para a cidadania tem vindo a deslocar-se ou a fugir da política para a cultura. Tal acontece ao mesmo tempo que em vários países europeus a democracia se retrai perigosamente, substituindo o sonho da União pelo dos Nacionalismos.

É tempo de despertarmos para a responsabilidade de fazer evoluir as instituições educativas para formas de organização democrática participada. Só estas serão possíveis promotoras de uma educação para a cidadania democrática, ativamente participadas por alunos e professores.

Ou o fazemos quanto antes, ou perdemos a democracia por vir.